

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2017)

ATA N.º 2/2017

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZASSETE

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e dezassete, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas dez horas e trinta minutos em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **PONTO ÚNICO:** Sessão solene comemorativa do quadragésimo terceiro aniversário do vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro -----

-----Tendo presente o nº 1 do artigo 28º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro lava-se a presente ata--

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da sessão e ordenou a realização da chamada, verificando-se a presença dos Membros: Luiz Manuel dos Santos Bimbo; Ricardo Jorge Brinquete Lapão; Rui Miguel Tavares Nobre Franco; Célia Maria Matos Alpalhão; Pedro Manuel Alpalhão Bilro; Leonel António Valentim Infante; António Júlio Florindo Prates; Francisco José Ramalho Mendes; Joaquim Manuel Ganito Trincheiras; Augusto Manuel Bilro Guégués; Maria Gabriela Ramos Coelho; Paulo Jorge Ramos Ferreira; João Pedro Velez Paulo; Manuel Filipe Liliu Prates; Crispim Francisco Avó Lopes; Paulo Jorge Panasco Aires; Quintino Manuel Primo Cordeiro; João Pedro Martins Leitão.-----

----- Verificou-se a ausência dos membros: Pedro Manuel Lopes Grego, que justificou a sua falta (que se arquiva em pasta anexa como **doc. nº. 1**), e foi substituído pelo membro Manuel Filipe Liliu Prates. João Miguel Cordeiro Geadas Letras, que justificou a sua falta. (que se arquiva em pasta anexa como **doc. nº. 2**), e foi substituído pelo membro Maria Gabriela Ramos Coelho. João António Ameixa Morgado, que justificou a sua falta. (que se arquiva em pasta anexa como **doc. nº. 3**), e foi substituído pelo membro João Pedro Leitão. Ângelo João Guarda Verdades de Sá, que justificou a sua falta. (que se arquiva em pasta anexa como **doc. nº. 9**) -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que, como era costume, na sessão comemorativa do vinte e cinco de abril usariam da palavra as quatro forças políticas com representação na Assembleia Municipal, por ordem crescente de representatividade, a seguir o Senhor Presidente da Câmara Municipal e, no final, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2017)

----- No seguimento do procedimento de anos anteriores, foi lançado, pela mesa da Assembleia Municipal, um desafio à Escola EB2,3 de Borba, no sentido de se ouvir o que os jovens, pensam sobre o que que tinha sido o 25 de abril e aquilo que o mesmo representava. -----

----- Seguidamente chamou a jovem **Luisa Ferreira**, aluna do 9º. ano, para que aquela lesse o discurso (o qual se anexa no final desta ata, como **anexo nº.4**). -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu à jovem Luisa Ferreira, a sua participação naquela sessão do 25 de Abril da Assembleia Municipal e, de seguida, cedeu a palavra ao representante da CDU. -----

----- O membro **João Pedro Paulo** em representação da força política **CDU** -Coligação Democrática Unitária, proferiu o seu discurso, que se anexa no final desta ata (**anexo nº.5**). -----

----- Seguidamente o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** cedeu a palavra ao senhor **Paulo Jorge Ramos Ferreira**, que em representação da força política **PSD** – Partido Social Democrata, leu o seu discurso, que se anexa no final desta ata (**anexo n. °6**) -----

----- Seguidamente discursou o membro representante do **PS** - Partido Socialista, o senhor **Augusto Manuel Bilro Guégués**. -----

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Exmos. Senhores Vereadores, -----

Exmos. Colegas Deputados, desta Assembleia, -----

- Estamos mais uma vez aqui reunidos, para comemorar a Revolução do 25 de abril. Hoje não trago nenhum discurso elaborado, mas gostava de fazer aqui, algumas referências, que me parecem extremamente importantes para o concelho e para os momentos que se viveram no 25 de abril de 1974, nomeadamente no nosso concelho. O concelho caracterizava-se um pouco, por ter uma classe operária significativa, um pouco diferente daquilo que era predominante, por exemplo no Alentejo. Nós, tínhamos de facto uma industria fragilizada, ela encontrava-se claramente na grande cintura de Lisboa. Mas nós, concelho de Borba, vivia de facto esse momento, tinha uma classe operária, ligada ao setor dos mármore, extremamente significativa. -----

- Há cinquenta anos os nossos operários, deslocavam-se por bicicletas, às centenas, muitos estacionavam precisamente aqui, nestas zonas e iam “matar o bicho”, e depois arrancavam atrás uns

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2017)

dos outros a caminho das pedreiras. -----

- Em 1974, Borba era um concelho, em comparação com outros concelhos, um concelho que se poderia considerar com algum progresso. Já aqui existia, e eu gostava de fazer aqui uma pequena homenagem, algum movimento de resistência e de contestação ao regime. Eu fui militante do partido comunista, tive o prazer de ainda falar com um ex. camarada, com o Joaquim da Estalagem, que foi a pessoa que vendeu aqui o jornal do avante, não só após 1974, como também já na clandestinidade, ele que tinha essa missão. Não eram muitos, mas havia também um movimento sindical. No movimento estudantil, eu por acaso, estive ligado aos primeiros movimentos estudantis, quer no liceu, quer noutros locais. Eram movimentos insípidos sem grande dimensão, onde se fazia a luta contra a descolonização e contra a guerra em África. Fazíamos a distribuição de panfletos pelas ruas de Borba, e em determinados locais, junto de determinado tipo de empresas, pedreiras. -----

- A Revolução de abril começou, pelo movimento dos capitães de abril. Queria referir aqui um livro de Álvaro Cunhal, com o título "Rumo À Vitória". Neste livro Álvaro Cunhal projetava a Revolução, não era feita pelos movimentos, sobretudo pelos capitães, não era possivelmente pelos oficiais do exército, mas sim, conforme o que os grandes políticos pensavam na altura, através do movimento operário, da sua emancipação, que possivelmente ia romper com o regime, que era um regime que já vinha caduco, extremamente repressor, tinha uma política extremamente agressiva. O acesso há Educação, às liberdades, a possibilidade de reunir, discutir, eram extremamente frágeis. -----

- Penso, que o movimento dos Capitães foi extramente importante, porque eles também estavam a ser vítimas, e nós estávamos a ser preparados, e estou plenamente convencido, que na altura, eu não ia cumprir o serviço militar. Na altura pensei, e estava a preparar as malas para ir para França, juntamente com outro conterrâneo, que é o Barnabé que é engenheiro e está nas Aguas de Lisboa. A pressão era de tal ordem social, estávamos de tal ordem limitados, que a população, apadrinhou esse movimento. - Há um levantamento popular, e aqui em Borba, foi extremamente importante. Aquilo que havia apenas, havia o partido comunista, e depois havia o MDPCDE ou a comissão democrática eleitoral. Após 1974, o presidente da câmara teve de ser destituído, e foi então que houve esse movimento, criou-se essa Comissão Administrativa, da qual fizeram parte os senhores: João Teixeira; Viriato; Domingos Pinto; Bento Aires (...). -----

- Após o ano de 1974, além do poder local, socialmente surgiram as Comissões base, para a Saúde, as Comissões de Moradores, as Cooperativas (uma em Rio de Moinhos, duas na Orada), e criou-se uma Cooperativa de Consumo em Borba (impulsionador da cooperativa o senhor Luís Verão). -----

- Nos dias de hoje, as coisas não estão estanques, penso que é necessário continuar a lutar. Esta Revolução Democrática, não está concluída, não está acabada, todos os dias temos que lutar, todos os dias temos que procurar que haja mais justiça, mais trabalho, mais igualdade. A grande riqueza está num 1% da população, esse 1% é dono da riqueza dos países todos, e os outros estão condenados à fome, à miséria e às injustiças sociais. -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2017)

- Queria aqui prestar uma pequena homenagem a Mário Soares, neste período da democracia, deve-se fazer referência ao grande estabilizador de todo este processo. Houve várias convulsões, as coisas estiveram extremamente conturbadas, mas de facto foi possível com o surgir dos partidos políticos, porque praticamente quer o PSD, quer o CDS, quer mesmo o partido socialista, o qual é fundado um ano antes de 1974, embora tivesse seções no estrangeiro já a funcionar, antes disso. -----

- Vêm aí novas competências para o Poder Local, nós temos de estar preparados cada vez mais. Cada vez mais o Poder Local vai ter responsabilidades na área da Educação, na área da Saúde, na área do Poder Local, portanto temos de estar preparados, cada vez mais unidos, temos de fazer mais pontes entre todos, e as forças políticas, no fundo no fundo, existe uma coisa que nos une, que é ver Borba a crescer, desenvolver-se, prosperar a integrar-se nesta grande máquina europeia, nesta globalização. Penso que no futuro nós temos de estar muito ligados a Elvas, por causa da Grande Plataforma Logística, Borba terá de estar ligada às grandes redes internacionais. -----

- Desejo a todos um bom dia, que a Liberdade e a Democracia se mantenham e que sejamos fortes para levar por diante estes novos tempos. -----

----- Seguidamente o membro representante do **MuB** - Movimento Unidos por Borba, a senhora **Célia Maria Matos Alpalhão**, leu o seu discurso se anexa no final desta ata (**anexo n. 97**). -----

----- Seguidamente proferiu o seu discurso o senhor **Presidente da Câmara Municipal**. -----

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Exmos. Senhores Vereadores -----

Ilustres Deputados, Membros -----

Exmos. Senhores Presidentes, de Junta -----

-Um Cumprimento especial à menina Luisa Ferreira, que de uma forma clara muito direta, falou de tudo.

- Nestes 43 anos do vinte cinco de abril, já foi quase tudo dito. Temos de pensar no vinte cinco de abril no passado, para a história para a memória, mas pensarmos acima de tudo no futuro. Imaginem vocês que o vinte cinco de abril, é um homem ou uma mulher com quarenta e três anos, casado (a), têm filhos, passou por situações más, passou por situações boas, pode ter uma vida estável em termos profissionais ou não, mas acima de tudo, nasceu sem guerra. Nasceu num país mais desenvolvido, que era há quarenta e três anos atrás, e vive acima de tudo em democracia. Isso quer dizer o quê? ---

- Quer dizer que muitos de nós só damos valor, aquilo que não temos! E quando temos é banal. O direito ao voto, como foi já foi aqui falado. O respeito pela constituição, respeito pelas regiões, pensarmos que o Alentejo poderá ser uma grande região, como as outras regiões do país. Pensarmos

em termos do comum, ou seja, a nossa pequenez é que faz de nós grandes. Se Portugal é um país pequeno, torna-se muito mais forte se perceber as fraquezas que tem. -----

- Quando, falo de vinte e cinco de abril, falo de memória. Olhando para o Francisco Mendes, recordo pessoas que nós conhecemos, as quais tiveram uma intervenção ativa, na situação do vinte cinco de abril. Conhecemos militares, que abnegadamente deram o corpo ao manifesto, quando saíram do quartel não sabiam o que iam fazer, o que se passava a seguir, e ACREDITARAM! Esses militares que fizeram a revolução do vinte e cinco de abril, conseguiram depois, "sair de cena" e dar a possibilidade aos ditos políticos, de puderem governar Portugal. -----

- Essa memória, das pessoas que nós conhecemos, quando falamos em descolonização, lembro-me de um senhor chamado "Passos Ramos", que me disse, que a descolonização, "(...) não foi boa, nem má, foi a possível", e eu perguntei "(...) e agora", ao qual ele respondeu "(...) fizemos o que tínhamos que fazer, agora os políticos que governem Portugal. Vamos entrar em democracia, eles que governem Portugal e que saibam escolher". -----

- Portugal, tem sabido sempre escolher ao longo dos tempos. Evidentemente, que a opinião da escolha nem sempre é unânime, o que para uns é escolher bem, para outros nem tanto, tudo depende da ideia de cada um. -----

*- Em termos de desenvolvimento, não temos dúvidas, que Portugal está muito melhor, e aí podemos falar nos célebres três "D" do vinte cinco de abril, **DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO e DESCOLONIZAÇÃO.***-----

- O processo democrático, é um processo dinâmico e nunca é reversível a sempre irreversível, nós pretendemos com o nosso contributo individual, fazer da nossa terra, a melhor terra do mundo. Com o nosso contributo coletivo, fazemos deste Portugal o melhor país do mundo. É nesse sentimento de acreditarmos e de querermos, que poderemos fazer alguma coisa por todos nós. -----

*- Como, já aqui foi dito, é na diferença que se conseguem as grandes mudanças. Essa diferença começa por duas ou três coisas: **BOM SENSO E RESPEITO.** Respeito por todos, quando respeitamos toda a gente, é evidente que todos nos respeitam a nós. É um princípio básico do acreditar. Eu acredito que o mundo, como diz o Aleixo "(...), **o mundo só pode ser melhor do que até aqui, quando conseguires fazer por os outros, mais daquilo que fazes por ti**". Temos que ACREDITAR nestas coisas importantes. Será que um país tão pequenino, tem conseguido conquistar o que em letras de canções do vinte cinco de abril, foram transmitidas aos portugueses, tais como: paz; pão; habitação; saúde; educação.* -----

- Agora, pergunto eu, será que um país tão pequeno, tem necessidade de tantos organismos ligados ao Sistema de Saúde, ou seja, uns fazem descontos para a Caixa de Previdência, outros ADSE, Caixa dos Militares (...). Será correto este procedimento? Não seria mais correto existir um único sistema de Saúde, e aplicável a todos por igual, de acordo com as prioridades de cada um! -----

*- Como alguém um dia referiu "(...) **a pior classe que pode haver são os pobres**", porque se vendem*



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2017)

por pouco. Quando, têm um pouco de estabilidade, pensam logo que são melhores que os outros. ---

*- Enquanto, não tivermos a capacidade de **falamos uns com os outros, de uma forma direta, de uma forma humana, não vale a pena existirmos.** Só vale a pena quando, se ocupam posições temporárias, como a que eu ocupo neste momento, e consigamos ter essa capacidade de diálogo. A nossa função é **SERVIR** e tomar atitudes, embora as mesmas sejam criticadas. Quem é político local, tem de conhecer a realidade, e tem que acreditar, que é com esforço, com empenho, com frontalidade que se resolvem os problemas na terra ou no país. -----*

*- É, obrigação de todos nós, exigir a todos os políticos, locais, nacionais, essa capacidade de intervenção e de resolução dos problemas. Enquanto abdicarmos da nossa participação cívica, e permitirmos que sejam os outros a resolver os assuntos, **NÓS NÃO SOMOS NINGUÉM.** -----*

*- **ACREDITEM, Portugal vale a pena, ACREDITEM** que por memória daquelas pessoas que foram presas, torturadas, mortas (...), essa memória viva, é ela que permite que o país viva. Um país sem memória e sem história, é um país que não existe. -----*

***O importante da vida é metermos tudo quanto somos no mínimo que fazemos.** -----*

***Viva o vinte cinco de abril!** -----*

***Viva Borba!** -----*

***Viva Portugal!** -----*

*----- Finalmente discursou o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, (anexo 8).** -----*

*----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a Sessão pelas onze horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata, composta por sete páginas, que por ele vai ser assinada e pelos secretários. -----*

Documentos anexos a esta ata:

Anexo 4: Discurso proferido pela jovem Luisa Ferreira

Anexo 5: Discurso proferido pelo representante do CDU

Anexo 6: Discurso proferido pelo representante do PSD

Anexo 7: Discurso proferido pelo representante do MuB

Anexo 8: Discurso proferido pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal



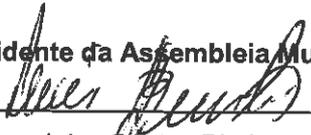
Borba

Município de Borba

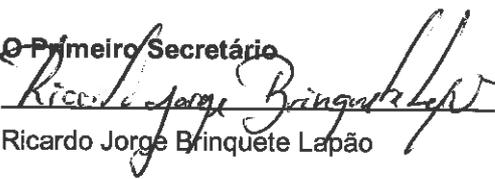
Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2017)

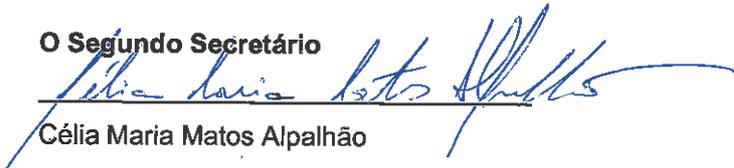
O Presidente da Assembleia Municipal


Luiz Manuel dos Santos Bimbo

O Primeiro Secretário


Ricardo Jorge Brinquete Lapão

O Segundo Secretário


Célia Maria Matos Alpalhão

Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Excelentíssimas senhoras e senhores.

Bom dia a todos.

Foi com satisfação que aceitei o convite para vos vir aqui falar sobre o 25 de abril. Celebramos o quadragésimo terceiro aniversário de um dos marcos mais importantes da história portuguesa, a Revolução dos Cravos, o 25 de abril ou a revolução de abril.

Mas o que é para mim o 25 de Abril? Como todos sabemos, a Revolução do dia 25 de abril de 1974 depôs o Estado Novo e implantou a democracia em Portugal. Agora, todos nós comemoramos esta data para nos lembrarmos de que nunca pudemos fazer coisas tão simples como votar, andar em grupo na rua ou até mesmo dizermos o que pensamos!... Hoje, tudo o que eu e os meus colegas sabemos acerca desta revolução não passa de matérias das aulas e de histórias que ouvimos contar. Mas isso não diminui a importância que esta data tem para nós...

Claro que um feriado a mais nos dá sempre jeito, mas este acontecimento, esta data é mais que isso.

Entre tantas histórias, penso que a que mais toca as pessoas deve ser a história de como um militar encontrou uma mulher que lhe ofereceu um cravo, cravo esse que ele colocou no cano da espingarda... Com esta pequena ação, apenas aumentou a ideia de querer uma revolução pacífica, e foi o que aconteceu, imensos militares colocaram cravos nos canos das espingardas... E foi uma revolução diferente das outras! Tranquila.

O dia 25 de abril de 1974 gerou as condições necessárias para o nosso modo de vida atual enquanto cidadãos deste país.

O 25 de Abril conquistou, através de uma revolução pacífica, a liberdade para os cidadãos portugueses, o que ficará para sempre como um marco importantíssimo em Portugal. É para mim impensável viver sem aceder à Internet, a revistas, sem redes sociais ou até algo tão simples como Coca-cola... Mas sei que antes do 25 de abril nada disto existia, ou não era permitido em Portugal. Oíço falar em muitas restrições e no caso das mulheres estas eram ainda maiores. Embora eu não saiba o que é viver numa ditadura, é importante para mim viver em liberdade.

Para terminar quero agradecer à Câmara de Borba por ter dado à nossa escola a oportunidade de participar nesta comemoração tão importante o que, noutros tempos, nunca teria acontecido.

Por último refiro também que o meu colega Filipe Ficalho participou com algumas ideias para este discurso.

Obrigada!

25 de abril de 2017

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Exmos. Senhores Vereadores,

Senhoras e Senhores.

Celebramos este ano o 43º Aniversário da Revolução de Abril, momento histórico para o povo português, ocasião de libertação social e nacional.

No alvorecer do dia 25 de Abril de 1974, precisamente há 43 anos, o MFA (Movimento das Forças Armadas), “derrubou” o regime tirano que reprimia o povo português, desde 1926, pôs fim a décadas de opressão, perseguição, morte e guerra colonial, concretizou o objetivo de décadas de resistência de muitos portugueses que enfrentaram o autoritarismo do estado novo.

A “Revolução dos Cravos” abriu as portas a profundas mudanças democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

As comemorações do 25 de Abril significam e representarão sempre um marco histórico, revestido de um enorme significado, quanto à sua importância e ao seu papel, como processo mais avançado de conquistas civilizacionais, da nossa história contemporânea.

Por isso, as comemorações dos 43 anos de Abril são fundamentais para continuar a garantir as conquistas e os avanços que, daí resultaram, para os trabalhadores e para o povo português.

As comemorações do 25 Abril são determinantes para defender a Constituição da República Portuguesa, que este ano comemora o seu 41º aniversário. As comemorações do 25 Abril são indissociáveis do projeto de desenvolvimento, de soberania, que a Constituição da República Portuguesa comporta, são inseparáveis das conquistas, mudanças, transformações revolucionárias, que esta assegurou.

Convém aqui recordar: a Constituição da República Portuguesa é a lei suprema do país; consagra os direitos fundamentais dos cidadãos; os princípios essenciais que regem o Estado português; as orientações políticas que os seus órgãos devem acatar; estabelece, igualmente, as regras de organização do poder político. A Constituição da República Portuguesa define a estrutura do Estado, ou seja, as funções dos quatro órgãos de soberania (Presidente da República, Assembleia da República, Governo e Tribunais) e dos órgãos de poder político (regiões autónomas e autarquias) e a forma como se relacionam entre si.

Todas as outras leis têm que respeitar a Constituição – se não o fizerem, são declaradas inconstitucionais e, por isso, inválidas/ilícitas.

Em 2 de Abril de 1976, o povo português viu concretizada boa parte do seu sonho, com a aprovação da lei fundamental do país; passo agora a citar excerto do preâmbulo:

“... A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno”

Após sete revisões levadas a cabo pela direita, a Constituição da República Portuguesa ficou amputada, mais empobrecida, viu restringir o seu alcance e conteúdo progressista. Pese embora os sucessivos ataques que a mutilaram, que ignoram a sua importância, a transcendência para as populações, para a resolução de muitos dos problemas que as afetam, no seu quotidiano, é ela que continua a garantir os direitos económicos, sociais, culturais do povo português, as funções sociais do Estado e o Poder Local Democrático.

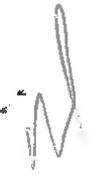
O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder; é uma conquista que viu consagrados na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira.

Em 12 de Dezembro de 1976 realizaram-se as primeiras eleições livres e democráticas, para os órgãos das Autarquias Locais. Nos seus 41 anos de existência, o Poder Local Democrático executou profundas transformações sociais, melhorando as condições de vida das populações, superando enormes carências, resolvendo, muitas vezes, problemas que excedem em larga medida as suas competências.

Por tudo isto, os valores de “Abril” e da Constituição da República devem guiar-nos, devem ser o nosso pilar e devem acompanhar-nos e orientar-nos em todos os sectores da vida nacional:

- No Serviço Nacional de Saúde (SNS), conquista de Abril que proclama que «todos têm direito à proteção na saúde e o dever de a defender e promover» e explicita que o direito à proteção da saúde é realizado «Através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendencialmente gratuito».

- Na educação, com o Estado a promover a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribuindo para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva.
- Na justiça, onde a todos é assegurado o acesso ao direito e aos tribunais para defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos. Todos têm direito, nos termos da lei, à informação e consulta jurídicas, ao patrocínio judiciário e a fazer-se acompanhar por advogado perante qualquer autoridade.
- Na Segurança Social, onde incumbe ao Estado organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social unificado e descentralizado, que protege os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho. Todo o tempo de trabalho contribui, nos termos da lei, para o cálculo das pensões de velhice e invalidez, independentemente do sector de atividade em que tiver sido prestado
- E em outros princípios fundamentais de organização económico-social:
 1. Subordinação do poder económico ao poder político democrático;
 2. Coexistência do sector público, do sector privado e do sector cooperativo e social de propriedade dos meios de produção;



3. Liberdade de iniciativa e de organização empresarial no âmbito de uma economia mista;
4. Propriedade pública dos recursos naturais e de meios de produção, de acordo com o interesse coletivo;
5. Planeamento democrático do desenvolvimento económico e social;
6. Proteção do sector cooperativo e social de propriedade dos meios de produção;
7. Participação das organizações representativas dos trabalhadores e das organizações representativas das atividades económicas na definição das principais medidas económicas e sociais.

Mas Portugal tem assistido nas últimas décadas, à inversão de muitas destas orientações, resultantes dos processos progressistas emergentes na década de 70. Esta inversão torna-se particularmente mais preocupante quando assistimos:

- À concentração e centralização de capital e à ampliação das posições dominantes dos sectores financeiros em todas as áreas da vida económica nacional.
- À expansão da finança e do capital fictício, que afronta e destrói os sectores produtivos nacionais, e permite a drenagem de capital para o estrangeiro.
- À expansão e intensificação da presença do capital privado à custa do capital público, com a tomada de empresas, sectores, serviços e áreas diversas do Estado, através de privatizações e concessões na saúde, na educação, no notariado, na defesa, na segurança pública ou na justiça.



- À rápida progressão do capital estrangeiro nas aquisições e fusões, e entradas no capital social de empresas públicas e privadas nacionais, predominantemente nos sectores financeiro, imobiliário, energético, industrial, tecnológico e de transportes, desvirtua os princípios constitucionais.
- A mais 500 milhões de euros em dividendos que vão sair de Portugal, este ano de quatro empresas privatizadas nos últimos anos.
- A evolução da integração capitalista da Europa, a tendência belicista, a violação de direitos humanos fundamentais, consubstanciada na morte, no Mediterrâneo (outrora berço de cultura/civilização) de milhares de refugiados – oriundos de guerras patrocinadas pela U. E. - clamam imediato regresso às fontes histórico/civilizacionais, inequivocamente inscritas na matriz humanista do nosso povo, consagradas, com lúcida clareza, na Constituição, património essencial da Revolução Gloriosa, que, com fortaleza, determinação, alegria imensa, comemoramos!!...

A U. E., renegando o seu tratado fundacional, cedendo aos ditames do grande capital, afronta os interesses do nosso país: fez destruir o tecido produtivo; coagiu-nos à contração de dívida astronómica, cujo pagamento, nos prazos/condições impostas, sufoca o nosso desenvolvimento, debilita o nosso futuro, reclama imediata renegociação.

Portugal só conseguirá afirmar-se e garantir a sua soberania se iniciar um processo de renegociação da sua dívida, porque não podemos pagar, em juros, o dobro do que recebemos em fundos europeus. Os níveis das dívidas pública, cerca de 130% do Produto Interno Bruto (PIB), e externa, cerca de 105%, «são das maiores do mundo» e impõem juros ao Estado que representam «bem mais do dobro do que recebe em fundos estruturais da União Europeia».

Internacionalmente, assistimos, com muita preocupação, à mais recente escalada de violência, onde parece que a democracia só serve para os interesses dos mais poderosos, com falsos moralismos, assentes em intervenções que no interesse do capital, ignoram a tão propalada “democracia”. Os organismos internacionais, como a ONU, continuam a ser ignorados, como é o caso do flagrante atropelo por parte dos Estados Unidos, ao Estado soberano da Síria, que luta desde há 7 anos contra o terrorismo que, ao tudo indica, está a ser financiado desde o exterior. Há que alimentar os “rebeldes terroristas” para permitir o afastamento de Bashar al-Assad, permitindo assim, que os EUA passem a controlar aquela zona do globo, cuja importância é transcendente no comércio de gás e petróleo. Sob o “monstro do terrorismo”, os Estados Unidos atuam como juiz e parte interessada, agindo de forma totalmente unilateral e sem nenhum tipo de prova, relativamente aos últimos ataques químicos na Síria. Só assim se explica mais uma agressão àquele povo - 59 mísseis despejados em cima do povo Sírio – eis a solução encontrada por parte os Estados Unidos, antagónica à paz e à compreensão de noção de desenvolvimento social que outros felizmente têm – Cuba, por exemplo, na sequência do ataque químico, enviou 2000 médicos para a Síria.

Nesta senda de domínio imperialista, o mundo é, hoje, não só mais perigoso e inseguro, mas um lugar mais injusto. Estima-se que os 1% mais ricos têm mais riqueza do que todo o resto do mundo, os restantes 99% da população mundial.

A EU europeia tem de se demarcar, imediatamente, deste perigoso jogo de interesses económicos que os EUA tentam impor no médio oriente e um pouco por todo o mundo. É preciso dizer basta e pôr em prática os princípios de paz e solidariedade entre os povos, que estiveram na origem da então CEE.



Para finalizar, a CDU gostaria de reafirmar a ideia que Portugal apenas logrará outro rumo se assentar a sua estratégia nos valores da revolução de Abril. Devem ser a inspiração, o exemplo, a capacidade revolucionária de “Abril”, a força motriz: para romper com os imperativos da União Europeia; os constrangimentos impostos pelos diretórios da agiotagem financeira.

Inspirados nos valores da revolução dos cravos e da Constituição da República, é possível alcançar a útil/desejada mudança de rumo, que o país necessita.

25 DE ABRIL SEMPRE, FASCISMO, NUNCA MAIS!...

“ABRIL” VENCERÁ

VIVA O 25 DE ABRIL, VIVA A SOBERANÍA NACIONAL

Alexo G
M

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia

Exmo. Sr. Presidente da Câmara

Exmos. Vereadores

Exmos. Colegas Deputados Municipais

Digníssimo Público

No início da década de setenta assistia-se a um Portugal cada vez mais esgotado, cansado, vazio de oportunidades e preso a proibições onde era visível a falta de liberdade... Para a generalidade dos portugueses o anoitecer do dia 24 de abril era igual a tantos outros... Para alguns este anoitecer já se anunciava diferente... O amanhecer do dia 25 iria ser de confiança, de esperança, de prosperidade... Naquela manhã nasceu um país diferente, renovado, fortalecido, um país que se afigurava aos olhos de todos como sendo mais justo... Um país onde passou a ser legítimo lutar pelos direitos dos cidadãos, saindo de uma luta desigual...

Hoje, nesta minha intervenção gostava sobretudo de destacar e homenagear, todos aqueles que lutaram pela liberdade, principalmente aqueles que ficaram no anonimato, como os soldados que permaneceram com Salgueiro Maia, como o povo que de forma ordeira e pactuante com os militares bastante ajudaram a tornar possível estarmos aqui hoje em festa, a comemorar os 43 anos de democracia no nosso País.

ind

A Revolução de 25 de Abril de 1974 veio, por fim, derrubar o último governo do Estado Novo. O processo revolucionário, a recomposição de um País que saía de 40 anos de regime ditatorial, abriu as portas a meses de intensa instabilidade: os governos provisórios sucederam-se, as diversas facções definiram-se lutando pelo poder e confrontando-se; a descolonização foi cumprida, lutou-se pela democratização do País e pela defesa das liberdades fundamentais, impondo-se a elaboração de uma nova Constituição para a República.

A vitória coube à democracia e ao pluralismo partidário: Em 25 de Abril de 1975 realizaram-se as primeiras eleições livres dos últimos 93 anos para uma Assembleia Constituinte; a 2 de Abril de 1976 foi aprovada a nova Constituição e a 25 de Abril de 1976 realizaram-se as primeiras eleições legislativas para a Assembleia da República, tendo em Julho o I Governo Constitucional tomado posse.

A rádio e os jornais transmitiam as notícias que o povo avidamente tentava saber, pois nessa altura a comunicação não era tão célere, nem tão facilmente se sabia o que se estava a passar.

Recordo a propósito, um fantástico poema de Manuel Alegre “Trova do vento que passa” em que ele pedia informações ao vento sobre notícias do seu país.

Analisando as primeiras páginas dos jornais de então, toca-me especialmente a do diário “A República” que no final da sua capa referia em letras bem visíveis “Este jornal não foi visado por qualquer comissão de censura”. Que enorme conquista!

ind

A imprensa estrangeira de então, falava de “uma Revolução Cavalheiresca” e da perplexidade perante o «golpe militar» democrático, que fugia aos padrões da América Latina e da Grécia. Referia também as heranças que os longos anos da ditadura haviam deixado, o analfabetismo a miséria, a presença de Portugal na NATO e os territórios em África, ainda sob administração portuguesa.

Os jornais que mais referiram os acontecimentos nacionais foram os Norte Americanos, os Ingleses e os Franceses. Na nossa vizinha Espanha ainda não se vivia em total liberdade, apesar do período de abertura que já existia. Desta forma o único jornal que a nós se referia era o jornal Triunfo, jornal histórico que «fez frente ao franquismo» e que verbalizava «Portugal e o seu outro futuro», em clara alusão ao livro de António de Spínola.

Mais tarde e após as primeiras eleições, a mesma imprensa viria a referir-se e a destacar o «voto retumbante na moderação», nas eleições constituintes de 1975, e «a luta por Portugal», no alvor do chamado «Verão quente» em que após o 11 de março de 1975 se acentuou o confronto entre algumas forças de esquerda, que defendiam a tomada de poder pela força revolucionária, e outras fações políticas de centro e de direita apostadas numa democracia eleitoral.

Vive-se o Processo Revolucionário em Curso (PREC) e as tensões sobem ao longo do Verão com a sucessão de incidentes entre defensores das diversas fações. É também nesta altura que se registam os ataques às sedes do PCP e de outros partidos de extrema-esquerda.

Uma das consequências deste confronto será o afastamento de Vasco Gonçalves do Governo.

ind

No dia em que Portugal celebra a sua democracia, não posso deixar de referir o novo paradigma que todos vivemos com inúmeros acontecimentos que voltam a colocar em causa os direitos fundamentais do cidadão.

No mundo atual, não faltam exemplos de democracias que da mesma só têm o nome. Verificamos que existem eleições não totalmente livres e indivíduos que após acederem ao poder tentam através de todas as artimanhas possíveis reforçar esse mesmo poder ou até perpetuarem-se em lideranças que são mantidas à base da força ou da corrupção e compadrios.

Tudo isto acontece, porque na sociedade existe cada vez mais uma perda de valores fundamentais, tais como a educação, o respeito, a seriedade e a coerência.

Apesar do desencanto acima descrito e cada vez mais visível, a palavra democracia que significa “vontade do povo”, sobreviverá! E será mais forte quantas mais vezes ela se impuser sobre todas as outras alternativas de governar uma nação, principalmente aquelas que tendem a limitar as liberdades e a oprimir ...

É portanto necessário, mantermos bem vivo o espírito de Abril!

Somos novamente chamados às urnas neste ano de 2017 e recordo agora as primeiras eleições autárquicas totalmente livres que tiveram lugar no dia 12 de dezembro de 1976. Há cerca de 40 anos em Borba estas eleições tiveram uma adesão superior a 80%. É nossa obrigação enquanto políticos municipais ou cidadãos, apelar e sensibilizar a todos para que venham votar. É importante que os eleitos que o povo escolha sintam a força acrescida duma participação grande no próximo dia 1 de outubro.

nl

Assim homenageamos também, aqueles que tanto lutaram até com sacrifício pessoal e familiar, para que nós pudéssemos escolher livremente os nossos representantes.

Poderemos sempre dizer que valeu a pena...

A Liberdade não tem preço...



Anexo 7
M

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal

Exmos. Senhores Vereadores

Exmos. Senhores Presidentes de Junta de Freguesia

Exmo. Senhores membros desta Assembleia Municipal

Exmo. Público

Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores

Discurso do 25 de Abril

Em abril de mil novecentos e setenta e quatro era eu uma criança de nove anos de idade, que aprendeu à semelhança dos cidadãos portugueses que viveram esses tempos, a se identificar com a letra das canções que passavam na rádio e televisão.

Os poemas que compunham as canções expressavam o sofrimento vivido pelo povo português e a alegria da mudança, da liberdade que se respirava.

A mudança que se avizinhava permitiu a Portugal não só aproximar-se em termos políticos e sociais dos países da Europa Ocidental, nomeadamente no que se refere à implantação da democracia e à descolonização de algumas colónias de África, como também permitiu ao povo, homens e mulheres portuguesas, deixar de viver na angústia de ver os jovens do sexo masculino, “na força da idade”, partir com destino a uma guerra que tinha por objetivo defender interesses com os quais não se identificava, não compreendia, nem tão pouco desejava.

A forma como a Revolução do vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro decorreu a todos nós enche de orgulho, não só pela forma ordeira como o povo reagiu, mas também, e essencialmente, em virtude dos valores preconizados pelos ideólogos dessa florida Revolução.

A anos de distância desse acontecimento, podemos hoje afirmar que a “Revolução dos Cravos” se traduziu numa perfeita junção de vontades de heróis que todos conhecemos, e tantas vezes homenageamos, aliada à vontade de heróis anónimos que colocaram em prática os planos gizados por ideólogos no silêncio da clandestinidade.

Com a denominada “Revolução dos Cravos” aprendemos que foi a união de ideólogos humanistas com “homens e mulheres do povo” que possibilitou a instauração da democracia e a aprovação de uma Constituição que promove o Estado Social, a



liberdade de expressão, a igualdade de oportunidades, a justiça social, a educação, a saúde e o emprego.

A democracia que hoje se vive em Portugal e os princípios instituídos na Constituição da República não devem nunca ser considerados como uma aquisição, mas como uma conquista que deve ser diária.

A confirmá-lo estão as conclusões expostas nos relatórios da OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, as quais têm mencionado Portugal como sendo um dos países no qual as desigualdades mais têm aumentado.

As conclusões apresentadas pelo referido relatório, o aumento das desigualdades nomeadamente na justiça e na educação, demonstram assim que parte do sonho de Abril, o de implementar um estado social equitativo, continua por concretizar.

Assim, como em tempos de crise, o medo, a incerteza no futuro e a acomodação são atitudes que proliferam, torna-se imperioso “despertar consciências” e evidenciar o facto de que caso continuemos a demitir-nos das nossas responsabilidades de cidadãos, não cumprindo o princípio da democracia que consiste em eleger através do voto os nossos representantes, a democracia corre perigo.

Perante os factos, torna-se relevante relembrar uma frase do discurso expresso pelo General Ramalho Eanes, enquanto Presidente da República Portuguesa, por ocasião do vinte e cinco de Abril, de mil novecentos e setenta e sete, a qual diz, “(...) que é feito da fraternidade que encheu as ruas e os campos deste país? (...)”.

Urge assim recordar que a palavra “fraternidade” é sinónimo de palavras como união e afeto pelo próximo, o que significa deixarmos, entre outras atitudes individualistas, os nossos amigos virtuais, voltarmos a preocupar-nos com o bem comum, e voltar a ter amigos humanos, de “carne e osso”, com sentimentos e problemas reais.

Os tempos hoje vividos no mundo e em Portugal são bastante conturbados, contudo o povo português sempre demonstrou capacidade para ultrapassar períodos menos bons.

Pelo que, nesse sentido, importa aqui recordar que a democracia prevaleceu, apesar de nos tempos do pós vinte e cinco de Abril Portugal ter vivido uma forte crise económica e social, motivada pelo desmoramento de um povo que desconhecia o que fazer com a liberdade e pela chegada de meio milhão de portugueses oriundos do ultramar desprovidos de um modo de vida. Estes, num curto espaço de tempo, rapidamente se reintegraram na sociedade portuguesa e colaboraram na construção do Estado Social evidenciando uma vez mais a notável força de vontade e determinação do povo português.

O exposto revela-se tanto mais atual se tivermos em linha de conta o contexto mundial, a denominada globalização da economia, e os consequentes tempos de incerteza e instabilidade que atravessamos, nomeadamente a nível económico, financeiro, social e mesmo ambiental.

As variáveis patentes nesta mudança de paradigma predizem ser necessário reinventarmos a nossa forma de organização social e de estar na vida.

As instituições de ensino, bem como os cidadãos e as distintas instituições que compõem a sociedade portuguesa, nomeadamente associações e autarquias locais, têm assim por obrigação continuar a transmitir às gerações que não presenciaram o vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, bem como às gerações vindouras, a importância das conquistas realizadas na sequência da “Revolução do vinte e cinco de Abril”, explicando que há apenas quatro décadas atrás não existia igualdade de género, as mulheres dependiam da vontade do marido ou de um familiar do sexo masculino para casar ou até mesmo para exercer uma profissão; os homens não leitores, que não sabiam ler e escrever, só por não terem tido oportunidade de ir à escola aprender, não podiam exercer o direito de voto.

Os votantes eram convidados a votar pela força política que constituía o Governo e os que ousavam discordar do regime instituído eram perseguidos, presos e torturados. O ambiente que se vivia era de medo.

Assim, importa informar, transmitir, dar a conhecer às nossas crianças, jovens e gerações vindouras os princípios que compõem a nossa Constituição da República e como é importante para o bem estar comum promover e manter esses valores.

As nossas crianças devem continuar a viver em liberdade e a dizer como refere a canção que foi um dos ícones da revolução de Abril “(...) somos livres, livres de voar, (...) livres de crescer, (...)” e ser livres para dizer “(...) quando for grande não vou combater (...)” (1).

Num mundo pautado pela incerteza e violência, como o atual, cada dia se torna mais necessário sermos livres de tomar as nossas decisões em consciência, com responsabilidade, mantendo vivos os valores humanistas e o sonho, que como diz o poema Pedra Filosofal de António Gedeão, “(...) o sonho comanda a vida (...) sempre que um homem sonha, o mundo pula e avança (...)”, permitamos então às nossas crianças continuar a sonhar com um mundo justo no qual todos sejamos iguais na diferença.

Volvidos quarenta e três anos percebemos estar grande parte do povo português desmotivado e desiludido com a democracia instituída, recusando-se a exercer o direito de voto, direito, para nós portugueses, universal, e tão arduamente

(1) Título da Canção “Somos Livres”, autora Ermelinda Duarte.

conquistado, afirmando esses portugueses não acreditar em quem os representa.

Meus caros representantes do povo, meus caros munícipes e concidadãos, o tempo urge, algo deve ser feito para reverter a nossa apatia em relação aos nossos representantes, pois essa atitude em nada enaltece a nossa democracia.

Um aplauso a todos os que tornaram exequível e aos que mantêm vivo o sonho de Abril de mil novecentos e setenta e quatro.

Vinte e cinco de Abril sempre!

Viva Portugal!

Viva Borba!

Borba, 25 de Abril de 2017

O membro do MuB



(Célia Alpalhão)

Discurso do 25 de Abril de 2017

Ex.mº. Sr. Presidente da Câmara

Ex. mº. Srs. Vereadores

Meus ilustres pares

Estimados concidadãos e convidados

Minhas senhoras

Meus senhores

Trata-se, sobretudo, a festa que se fez há 43 anos, em 25 de Abril.

Celebramos hoje o 43º. aniversário do 25 de abril de 1974, uma data evocativa de liberdade e de afirmação do nosso povo, tornada possível pela vontade de alguns a que se juntaram quase todos, inscrita de forma indelével na nossa história e bem assim na história do mundo.

Não quero avocar revivalismos mas antes a História, que é a mais poderosa ferramenta posta ao serviço das comunidades para entender o mundo e os seres humanos em toda a sua plenitude, desta forma evitando errar repetidamente.

Acabámos de escutar diversas concepções dos oradores que me precederam, dos mais jovens aos menos jovens, que abarcam diferentes interpretações da história do 25 de abril e naturalmente não são exactamente sobreponíveis nem poderiam ser.

Eu, necessariamente tenho a minha perspectiva que já foi expressa em anos anteriores, todavia este ano vou socorrer-me de uma visão mais profunda e mais ampla de um dos portugueses mais ilustres da nossa actualidade, estou a referir-me a Eduardo Lourenço que no seu livro Portugal como Destino, nos diz com perfeito proposito:

Trazida pela força das espadas e uma aspiração intermitente mas nunca extinta, de um estatuto similar ao das nações da Europa, desde o fim da segunda guerra mundial, a democracia instaurada pela Revolução de Abril em 1974, nasceu acompanhada da vontade de inventar um outro destino para Portugal. Um destino inédito, excepcional no contexto do mundo ocidental nada menos que o de uma "democracia popular". Durante 13 longos anos de guerra colonial milhares jovens, de quadros milicianos, de estudantes, de médicos e de intelectuais foram mobilizados para a última e absurda cruzada contra o independentismo africano.

Nestes últimos tempos a europa e o mundo têm sido sacudidos por graves e inesperadas convulsões a todos os níveis, que tornam qualquer antevisão mesmo no curto prazo apenas um exercício de adivinhação, logo traduzido por falta da necessária confiança no futuro, especialmente sentido com maior intensidade pelos nossos jovens.

Esta instabilidade e insegurança é sentida em todos os recantos do mundo, não sendo Borba excepção, por isso mesmo, mais que em qualquer momento nos últimos 43 anos devemos estar muito atentos porque o regresso à grave doença do totalitarismo, da demagogia, dos populismos, da xenofobia, da ausência de compaixão pelo próximo, estando até agora em estado de latência, mas não completa ou definitivamente extinta, pode em qualquer momento voltar violentamente à sua actividade, com funestas consequências para todos aqueles que defendem e têm como princípios básicos, uma sociedade democrática, mais igualitária, mais solidária e mais justa.

O novo bezerro de ouro, agora exumado em todo o mundo, vai despidoradamente sacrificando a democracia em contraponto com a alta finança, arrogantemente exuberante, insensível aos mais elementares valores humanos e éticos, sendo selvagem sem peias, sem pudor e sem remorsos nas suas manifestações.

De entre os tremendos e múltiplos desafios que se colocam nos dias de hoje a todos nós, mas especialmente aos mais novos, será sem dúvida o aprofundamento da democracia considerada na sua mais ampla acepção, muito especialmente a nível local, como por exemplo os associativismos, que sendo alfobre de comportamentos de cidadania muito importantes, em qualquer comunidade, deverá ter como um dos objectivos principais, atingir níveis mais elevados na sociedade, procurando fazer ouvir a sua voz de forma consequente.

Para que isto se torne uma realidade teremos que pôr de parte as naturais e salutares divergência partidárias mais espúrias, próprias dos regimes democráticos, que são a meu ver apenas circunstanciais, e unidos solidariamente em torno de objectivos intrinsecamente humanos e comuns, encontrar novas formas de tornar a nossa comunidade mais englobante, mais informada, mais tolerante e com maior compaixão pelo outro nosso igual; logo mais forte e capaz de resistir a eventuais ataques demagógicos, populistas, totalitários e ditatoriais com manifesto benefício para todos. Estou naturalmente aqui a falar de unidade na acção, transitoriamente independente das ideologias. A vivência permanente da crispação, nunca foi e não será caminho.

A par destas importantes realidades outras existem, que não são discutidas, como sejam as alterações climáticas que sendo de longe a mais importante questão que o mundo actual enfrenta, como muito bem refere Paul Krugman prémio Nobel da Economia em 2008, *“não tem merecido o devido relevo por parte das potências capazes de inverter esta escalada, que a breve trecho se tornará fatal para o planeta Terra, apesar de toda a evidência científica disponível, ainda assim esta noção é posta em causa por mentes que fazem da ganância e da ignorância um modo de vida.*

Teremos que manter muito desperto, atento e muito vivo o nosso sentido crítico elencando prioridades de forma consistente, tornando cada vez mais fortes as nossas convicções democráticas, fechando ouvidos a cantos de sereia, mesmo que isso signifique

ficarmos temporariamente amarrados ao mastro principal como foi em tempos idos ordenado por Ulisses.

A este respeito gostaria de recordar um poema do engenheiro Álvaro de Campos que considero muito actual:

Liberdade sim, a Liberdade

A verdadeira liberdade!

Pensar sem desejos nem convicções

Ser dono de si mesmo sem influência de romances!

Existir sem Feud nem aeroplanos,

Sem cabarets, nem na alma, sem velocidades, nem no cansaço

A liberdade do vagar, do pensamento são e do amor às coisas naturais

A liberdade de amar a moral que é preciso dar à vida ...

Todos os processos democráticos que tenham objectivos intrinsecamente humanos , éticos ou outros igualmente meritórios, são por mim bem-vindos, outros mais desprezíveis e obscuros trazidos e evocados traiçoeiramente a reboque do interesse popular, que foram sempre capazes de vestir novas e enganadoras roupagens de forma a tornarem-se suficientemente atractivos, para os menos atentos, como aliás se tem visto neste mundo hodierno, têm da minha parte o mais vigoroso repúdio.

Viva o 25 de abril sempre; Viva Borba; Viva Portugal.